



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOÃO BATISTA MARIANO PEREIRA

**“O VAMPIRO QUE DESCOBRIU O BRASIL” DE IVAN JAF COMO RECURSO
PARADIDÁTICO: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DO
BRASIL COLONIAL**

**CAMPINA GRANDE
2024**

JOÃO BATISTA MARIANO PEREIRA

**“O VAMPIRO QUE DESCOBRIU O BRASIL” DE IVAN JAF COMO RECURSO
PARADIDÁTICO: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DO
BRASIL COLONIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciando em História.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof.^a Me. Natalia Santos Amorim.

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436v Pereira, Joao Batista Mariano.

"O vampiro que descobriu o Brasil" de Ivan Jaf como recurso paradidático [manuscrito] : Um olhar crítico sobre o Ensino da História do Brasil Colonial / Joao Batista Mariano Pereira. - 2024.

25 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Me. Natalia Santos Amorim, Departamento de História - CEDUC".

1. Ensino de História. 2. Literatura paradidática. 3. Período colonial. I. Título

21. ed. CDD 372.8

JOÃO BATISTA MARIANO PEREIRA

**“O VAMPIRO QUE DESCOBRIU O BRASIL” DE IVAN JAF COMO RECURSO
PARADIDÁTICO: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DO
BRASIL COLONIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciando em História.

Área de concentração: Educação

Aprovada em: 21 / 11 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Natalia Santos Amorim
Prof.^a Me Natalia Santos Amorim. (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Anselmo Ronsard Cavalcanti
Prof. Me Anselmo Ronsard Cavalcanti
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Allison Luna Matias
Prof. Me. Allison Luna Matias
E.E.E.F. Nossa Senhora do Rosário (SEE-PB)

Em especial ao meu pai-avô Luís e minha mãe-avó Anísia, que foram minhas referências desde a minha saída da maternidade. Que cuidaram de mim e preocuparam-se comigo desde os meus primeiros dias de vida, até os seus últimos dias. Tudo que tenho e que sou na vida hoje devo a vocês: meu caráter, minha educação, meu respeito ao próximo, enfim, vocês fizeram o melhor por mim sempre. Incentivaram-me a estudar, me deram puxões de orelha e também conselhos quando necessário! Mas nunca precisei de vocês e ouvi um NÃO. Ajudavam-me até quando não podiam. Investiram na minha educação, nunca deixaram faltar um teto, comida na mesa e nem uma roupa para eu vestir! Então vocês sempre foram e sempre serão as pessoas mais especiais da minha vida, a minha base, meu alicerce! Também a minha vizinha Socorro que só conheci depois da minha adolescência, mas que foi um anjo na minha vida por todo carinho e amor que dedicou a mim nos nossos cinco anos de convívio. Não tenho vocês materialmente aqui comigo, mas guardarei pra sempre na memória e no coração! Amo vocês para sempre! A vocês DEDICO essa minha conquista.

“Eu acho que o ensino obrigatório de História é de uma importância muito grande para a formação do cidadão. O cidadão que só conhece o presente e a sua vida vivida, que não conhece da onde socialmente e coletivamente ele veio, não é um cidadão por inteiro. É um cidadão pela metade” (Boris Fausto).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 NOSSO RECORTE: UMA BREVE ANÁLISE	9
2.1 Conhecendo um pouco da obra "O Vampiro que Descobriu o Brasil"	9
2.2 Período Pré-Colonial	11
2.3 Período Colonial entre 1530 e 1630	12
3 UMA RELAÇÃO POSSÍVEL: HISTÓRIA E LITERATURA	13
3.1 O uso da Literatura no ensino de História	14
4 LIVROS LITERÁRIOS COMO INSTRUMENTOS PARADIDÁTICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: "O VAMPIRO QUE DESCOBRIU O BRASIL" DE IVAN JAF	16
4.1 A escolha de livros paradidáticos no contexto do PNDL	18
4.2 Trabalhando a obra como recurso paradidático	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23

“O VAMPIRO QUE DESCOBRIU O BRASIL” DE IVAN JAF COMO RECURSO PARADIDÁTICO: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL

João Batista Mariano Pereira¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar a utilização da obra paradidática *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”*, de Ivan Jaf (1999), como instrumento pedagógico no ensino de História, especificamente no estudo da chegada dos portugueses ao Brasil e seu período de colonização (1500-1630). A obra, que combina elementos ficcionais e históricos, concede uma crítica à historiografia tradicional e oferta uma interpretação alternativa dos eventos da colonização. Ao personificar os colonizadores como personalidades parasitárias por meio da metáfora do vampiro, o autor problematiza a exploração de recursos e a opressão dos povos indígenas e africanos. Este estudo objetiva-se a analisar como a narrativa de Jaf pode engrandecer o ensino de História, agregando a abordagem de livros didáticos utilizados no Ensino Fundamental e Médio. Para esse fim, foram examinados os livros *“SuperAÇÃO! História”* (2022) e *“Moderna PLUS Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”* (2020), fitando-se a forma como o período colonial é tratado neles, em confrontação com a obra de Jaf. O estudo conclui que a aplicação de *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”* em sala de aula pode estimular o desenvolvimento de uma visão crítica nos discentes, oferecendo um olhar mais complexo e múltiplo sobre o processo colonial brasileiro.

Palavras-chave: Ensino de História; Literatura paradidática; Período colonial.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo investigar el uso de la obra paradidáctica *“El Vampiro que Descubrió Brasil”* de Ivan Jaf (1999) como herramienta pedagógica en la enseñanza de Historia, específicamente en el estudio de la llegada de los portugueses a Brasil y su período de colonización (1500-1630). La obra, que combina elementos ficticios e históricos, ofrece una crítica a la historiografía tradicional y una interpretación alternativa de los eventos de la colonización. Al personificar a los colonizadores como personalidades parasitarias a través de la metáfora del vampiro, el autor problematiza la explotación de recursos y la opresión de los pueblos indígenas y africanos. Este estudio tiene como objetivo analizar cómo la narrativa de Jaf puede enriquecer la enseñanza de Historia, complementando el enfoque de los libros de texto utilizados en la Enseñanza Fundamental y Media. Para este propósito, se examinaron los libros *“SuperAÇÃO! História”* (2022) y *“Moderna PLUS Ciencias Humanas y Sociales Aplicadas”* (2020), observando cómo el período colonial es tratado en ellos en comparación con la obra de Jaf. El estudio concluye que la aplicación de *“El Vampiro que Descubrió Brasil”* en el aula puede estimular el desarrollo de una visión crítica en los estudiantes, ofreciendo una perspectiva más compleja y plural del proceso colonial brasileño.

Palabras clave: Enseñanza de Historia; Literatura paradidáctica; Período colonial

¹Graduando em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: joao.mariano@aluno.uepb.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Antes da formação do **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**² em 1838, a produção historiográfica do Brasil era de domínio dos cronistas, missionários e viajantes que por aqui passavam. Narrativas com interpretações subjetivas e exóticas na maioria das vezes. A História do lugar escrita por esses era desmembrada e imbuída por inúmeros aspectos, abrangendo a política colonial portuguesa, as inclinações dos colonos, e o olhar europeu a respeito do Novo Mundo.

Ao longo do período colonial, a história do Brasil era majoritariamente, registrada por cronistas portugueses. Estes cronistas, como Pero Vaz de Caminha, Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa, ofertaram relatos minuciosos sobre a geografia, os povos indígenas e as primeiras investidas de colonização. Desses, Pero Vaz de Caminha na célebre carta a Dom Manuel I, escrita em 1500, não relata apenas o “descobrimento” do Brasil, mas também oferece uma das primeiras caracterizações dos povos nativos e da fauna e flora locais. Sua descrição, apesar de limitada em escopo e ponto de vista, é ponto de partida na historiografia brasileira.

As narrativas de viajantes e naturalistas europeus, que vieram ao Brasil durante o período colonial, também efetuaram um papel importante na construção da imagem do Brasil na Europa. Tiveram grande relevância figuras como Hans Staden e Jean de Léry, cujos escritos apontam tanto admiração quanto prejulgamentos sobre o Novo Mundo. Nessa perspectiva, Hans Staden, um mercenário alemão capturado por índios Tupinambás, em *“História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens, Nus e Cruéis comedores de Homens”* (1557), narrou suas experiências de clausura e os hábitos dos indígenas. Com significativo impacto na Europa, sua obra colaborou para a edificação de estereótipos sobre os indígenas brasileiros.

Outro grupo muito presente para a construção histórica documental do período colonial no Brasil foram os jesuítas. Por intermédio de cartas, crônicas e relatórios, os jesuítas, a exemplo de Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, colaboraram para o registro da cultura indígena e dos precursores anos da colonização. Através de cartas esses narravam as incumbências missionárias, a vivência dos indígenas e a relação obtida entre eles. Através destas, foi possível fundamentar a obra missionária no país.

Não obstante, a produção literária no decurso do período colonial, engloba obras que, embora não fossem consideradas historiográficas em uma definição mais metódica, ampararam a formação de uma narrativa sobre o Brasil. Onde, poemas e poesias eram utilizados constantemente para enaltecer ou depreciar a vida na colônia. *“Prosopopeia”* de Bento Teixeira e *“Boca do Inferno”* de Gregório Matos são exemplos do citado acima.

Dessa forma, a historiografia do período colonial do Brasil era descrita por uma diversidade de vozes e interpretações, que independentemente de seus equívocos e preconceitos, estruturaram os alicerces para a edificação da narrativa histórica do Brasil. Assim, no ano de 1822, onde o cenário político se modificara, o Brasil à busca da construção de uma identidade nacional, preocupava-se em dar início a uma historiografia exclusivamente brasileira, onde pudesse ser refletido o intrincamento e a multiplicidade da experiência brasileira, o que resultou na fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, que mudava o cenário historiográfico brasileiro.

² O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 1838 para estudar a história e os lugares do Brasil. Ele queria ajudar a contar a história do país de um jeito que unisse todos os brasileiros e mostrasse a importância do Brasil como uma nação.

A literatura, enquanto expressão artística que utiliza a linguagem para retratar, imaginar e questionar a realidade tem sido uma ferramenta crucial para os historiadores na interpretação e narração do passado.

A tentativa de pensar o saber histórico a partir do literário é uma prática pertinente ao historiador interessado na construção do mundo por meio de representações imaginárias, pois ela fornece indícios dos valores, pensamentos, crenças e utopias de uma determinada época (BRITTO; ARANHA, 2013, p. 253).

Nesse sentido, sua aplicação na área da História permite a inclusão de perspectivas subjetivas e contextos culturais que documentos oficiais frequentemente omitem. Assim, temos por objetivo através de nosso trabalho, relacionar o uso da literatura no ensino de História como ferramenta paradidática de estudo para o componente curricular. Para tanto, delimitaremos nossa pesquisa à análise do paradidático *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”* de Ivan Jaf, e refletiremos como ele pode auxiliar nas aulas de História aliado ao conteúdo do livro didático. Ainda nessa continuidade, faremos o recorte do período 1500 a 1630, período que demarca a pré-colônia e a colonização no Brasil.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. Para a construção desses utilizaremos uma abordagem metodológica qualitativa, com foco na análise crítica da obra *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”*, de Ivan Jaf, e sua utilização como recurso paradidático no ensino de História. A metodologia adotada consiste em três etapas principais: **revisão bibliográfica**, **análise da obra literária** e **comparação com materiais didáticos**.

No primeiro capítulo, intitulado de *“Nosso recorte: uma breve análise”* foi realizada uma sinopse seguida da análise da obra *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”*, identificando os principais elementos da narrativa, como a construção de personagens, a utilização de metáforas e as críticas sociais implícitas na história. O foco foi compreender como a obra subverte as narrativas tradicionais sobre a colonização e como essas subversões podem contribuir para um entendimento mais crítico do passado colonial brasileiro. Em seguida, fizemos uma sucinta revisão sobre o Período Pré-Colonial (1500-1530) e Colonial brasileiro (1530-1630). Que teve como intuito possibilitar ao leitor um entendimento geral dos principais marcos históricos, atuando como um pano de fundo indispensável para contextualizar os debates seguintes.

O segundo capítulo denominado de *“Uma relação possível: História e Literatura”* envolveu a leitura e análise bibliográfica, focada na revisão e interpretação de fontes teóricas relevantes sobre a interdisciplinaridade entre História e Literatura. Essa abordagem metodológica permitiu construir uma base sólida sobre como a Literatura pode contribuir para uma compreensão mais crítica e abrangente do passado, bem como identificar os principais desafios e vantagens dessa relação no contexto educacional.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, *“Livros literários como instrumentos paradidáticos para o ensino de História: “O Vampiro que Descobriu o Brasil” de Ivan Jaf”*, foi abordado o conceito de livro paradidático tomando por base as diretrizes educacionais (LDB e BNCC). Também mostrando como são escolhidos os livros paradidáticos de acordo com o PNLD.

Por último, foram selecionados e analisados dois livros didáticos utilizados no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, com o intuito de comparar suas abordagens em relação ao período colonial brasileiro com a narrativa proposta por Jaf. A análise foi guiada por critérios que consideram a perspectiva crítica e a abordagem das questões sociais e culturais na colonização, permitindo identificar lacunas nos materiais didáticos tradicionais e as contribuições da obra literária.

As atividades propostas no contexto escolar, como debates, exercícios de escrita criativa e análises comparativas, foram também consideradas como parte da metodologia,

buscando promover um aprendizado mais significativo e reflexivo entre os discentes. A aplicação dessas atividades foi projetada para estimular a participação ativa dos alunos e a formação de uma visão crítica sobre a História do Brasil.

2. NOSSO RECORTE: UMA BREVE ANÁLISE

2.1 *Conhecendo um pouco da Obra "O Vampiro que Descobriu o Brasil"*

Escrito por Ivan Jaf, no ano de 1999, *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”* é uma obra literária que por meio da ficção usa da ironia para interpretar a história do Brasil, oferecendo por meio deste, uma contraposição à historiografia tradicional, corriqueiramente escrita por e para os vitoriosos. Antônio Brás, seu principal personagem, é representado por um vampiro que contemplou os primeiros passos da História brasileira pelos portugueses e que se estende até os anos 2000, século XX, compreendendo 500 (quinhentos) anos de história.

A obra narra à história de Antônio Brás, um português dono de uma taverna em um porto de Lisboa, cuja vida sofre uma reviravolta radical na noite de 20 de fevereiro de 1500. Naquele final de inverno gélido em Portugal, ele se preparava para fechar o estabelecimento, mas um único cliente, de comportamento estranho, permanecia sentado a uma das mesas. Antônio se aproximou e avisou que encerraria o expediente, mas foi surpreendido por um abraço intenso. O homem o encarou com olhos que se transformaram em duas bolas vermelhas, e seus caninos cresceram. Nesse instante, Antônio sentiu uma mordida no pescoço e, após alguns segundos, foi arremessado ao chão enquanto ouvia o som de grandes asas batendo e se afastando na noite.

Dias depois, surge Domingos, um vampiro misterioso, que revela a Antônio que o responsável por mordê-lo fora um poderoso vampiro, chamado de “Velho”, o mais poderoso dos vampiros, e que agora, ele também se tornara um deles. Ele explica o que significa ser um vampiro, termo que Antônio desconhecia completamente, e revela que, para recuperar sua mortalidade, ele precisaria matar o “Velho” cravando uma estaca de carvalho em seu coração e, em seguida, aspirando suas cinzas.

Em sua saga para encontrar o poderoso vampiro e reverter sua condição, Antônio Brás aventura-se ao longo dos séculos da história do Brasil, até chegar à conclusão de que a imortalidade "não valia uma lasca de bacalhau frito no azeite", seu prato favorito quando humano, sempre acompanhado de uma caneca de vinho.

Ao longo de sua existência, ele faz três promessas: jamais interferir na história da humanidade, pois acredita que, como imortal, não tem o direito de alterar o curso dos eventos, pelo entendimento de que não sofreria as consequências; nunca se alimentar de sangue humano; e jamais dormir em um caixão.

Domingos fala para Antônio que o “Velho” gosta de participar dos grandes eventos da História. Assim, em 9 de março de 1500, ele embarca clandestinamente na esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, acreditando que o seu agressor estaria a bordo. A partir daí, Antônio acompanha a história do Brasil desde a chegada às terras canarinhas até o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, percorrendo cinco séculos de história. Esse ser imortal com poderes sobre-humanos analisa criticamente os episódios e sujeitos históricos que na história observa.

Partindo desse pressuposto, investigaremos como o livro aqui mencionado dialoga com seu ponto de vista sobre o período colonial brasileiro, elencando a crítica social e histórica que envolve a narrativa.

Nessa continuidade, a narrativa encontrada em Jaf (1999) subleva a figura dos "heróis" coloniais, apresentando-os como figuras situacionistas, desalmados ou de índole duvidosa,

certa feita, personalidades históricas influentes são exibidas de modo menos glorioso e mais humanizadas. Sendo assim, tal desconstrução surge como uma crítica à narrativa oficial da história do Brasil, que se inclina a aclamar as práticas dos colonizadores, depreciando ou até ignorando os martírios impostos aos povos indígenas e africanos escravizados. Exemplificando, o livro descreve Pedro Álvares Cabral e outros navegadores portugueses como personagens cobiçosos e egocêntricos, cujos atos não eram instigados por um pensamento de descoberta ou civilização, mas por predileções econômicas e singulares. Essa interpretação se contrapõe com o aspecto tradicional dos descobridores como heróis destemidos e excepcionais, fornecendo uma crítica subentendida ao elogio da colonização. Além disso, o autor aponta à maneira como a metrópole sugava os recursos da colônia, progredindo, enquanto a colônia tomava um rumo contrário, permanecendo subdesenvolvida e limitada pela desigualdade.

É na figura ficcional do vampiro que o autor se utiliza para personificar a natureza exploratória e parasitária da colonização. Desse modo, assim como um vampiro se nutre do sangue de suas vítimas, os colonizadores europeus sugaram riquezas naturais e se aproveitaram das populações indígenas e africanas para se beneficiarem. Essa metáfora também se emprega ao convívio entre senhores de engenho e escravos, onde o trabalho imposto aos africanos escravizados era o sustentáculo da economia colonial. A extração de recursos e a violência sem precedentes contra os escravos propiciaram graves e desumanas injustiças sociais do período colonial em que o autor se preocupa em discutir.

A retratação do encontro e do convívio, exacerbadas vezes rixosas, entre as culturas desse contexto histórico: europeias, indígenas e africanas, nos trazem relevantes informações, apesar do acultramento e as atrocidades contra os indígenas, houve a força e resistência desse grupo, bem como a inserção de elementos de matriz africana que realçaram a cultura brasileira. A explanação sublinha a pluralidade cultural que surgiu do choque entre esses povos, mas também elenca as angústias e as hostilidades, efeitos da imposição de uma cultura tida como “dominante” sobre as demais.

No que diz respeito à Igreja Católica, instituição presente desde os primeiros momentos da História do Brasil, a imagem do vampiro, um ser costumeiramente relacionado à maldade, serve como mecanismo para pôr em xeque a dissimulação e a decência do caráter duvidoso de alguns líderes religiosos. O autor evidencia como a religião foi aplicada como um instrumento de domínio e controle popular, legitimando a conquista, a conversão forçada ao catolicismo e a escravidão. A crítica à moralidade colonial se outorga na forma de agir dos colonizadores, que inúmeras vezes infringem os concernentes dogmas cristãos que defendem, o que nos leva a refletir a antítese entre o que os colonizadores falavam e as suas ações. No entorno dos poderes de dominação, resistência e imposições, Jaf propõe que a identidade brasileira é fruto de uma complexa relação de influências e relutâncias, assinalada por conflitos e misturas, em que apesar de condição de colônia de exploração, o Brasil ao longo dos anos de sua História nutriu uma cultura rica e diversa, resultado da fusão de distintos povos e tradições. Essa variedade cultural é tanto uma fonte de virtudes quanto de inquietações e obstáculos que perduram na sociedade brasileira até os dias atuais.

Sátira, ironia, controvérsias e elogios fazem parte do conjunto da obra, que nos leva a refletir sobre o período colonial brasileiro. Através do seu primeiro personagem, Jaf aponta as antinomias, perversidades e hipocrisias da colonização, enquanto grifa a complexa construção cultural e identitária da nação. Ao desconstruir a imagem de heróis históricos e enveredar por uma visão mais crítico-analítica da história colonial, o texto literário apresentado instiga os leitores a rever a narrativa oficial e a pensar sobre as heranças da colonização que perduram até hoje na sociedade brasileira. Dessa maneira, com seu tom descontraído e ao mesmo tempo afrontoso, contribui de maneira significativa para a Literatura e a historiografia brasileira,

incitando os leitores a fitar além das narrativas tradicionais e a pôr em xeque as estruturas sobre as quais a história do Brasil foi edificada.

2.2 Período Pré-Colonial

O período pré-colonial do Brasil, que abrangeu os anos de 1500 a 1530, foi um período de exploração incipiente do território brasileiro pelos lusitanos, que ainda não percebiam essas terras com predileção para colonização. De acordo com Holanda: "A exploração do pau-brasil foi a principal atividade econômica dos primeiros trinta anos de presença portuguesa no Brasil" (HOLANDA, 1995, p. 45). Nesse momento, o foco fundamental das tarefas portuguesas era a retirada do pau-brasil, uma árvore nativa cujo tronco gerava uma tintura vermelha muito valorizada na Europa. A exploração do pau-brasil foi feita de forma extrativista, sem o propósito de habitar o território de maneira definitiva. Holanda argumenta que:

Nos primeiros anos após a chegada dos portugueses ao Brasil, a exploração do pau-brasil configurou-se como a principal atividade econômica. Os portugueses estabeleceram um sistema de escambo com as populações indígenas, que cortavam e transportavam a madeira até as feitorias instaladas ao longo da costa. "Essa atividade predatória, no entanto, não resultou em um projeto de colonização efetiva durante o período pré-colonial" (HOLANDA, 1995, p. 47). Para viabilizar essa comercialização, os portugueses instituíram feitorias por toda a extensão da costa, acanhadas bases fortificadas onde barganhavam mercadorias com os indígenas.

A relação entre portugueses e os nativos no decorrer do período pré-colonial foi, em sua totalidade pacífica e edificada no interesse bilateral. Prado defende que:

Os primeiros contatos entre os navegadores portugueses e os povos indígenas brasileiros foram marcados por trocas comerciais baseadas no escambo. Enquanto os indígenas forneciam o pau-brasil, os portugueses ofereciam em troca ferramentas de metal e outros bens europeus. Essa relação inicial foi de caráter pacífico, sem maiores intervenções culturais ou territoriais, já que os portugueses ainda não tinham intenções de colonização efetiva no Brasil durante este período (PRADO, 2011, p. 24).

Os indígenas, que tinham sobre seus domínios amplas áreas do território, a exemplo, os Tupinambás, Tupiniquins e Aimorés, comercializavam pau-brasil por mercadorias europeias, como ferramentas de metal e tecidos. Todavia, esse vínculo mercantil foi a base para futuras hostilidades, visto que os europeus começaram a explorar os recursos naturais de forma mais predatória. As expedições exploratórias, como as de Gaspar de Lemos e Gonçalo Coelho, executaram uma função importante para a Coroa Portuguesa ao mapear a costa brasileira e explorar seus recursos naturais, constatando a riqueza do território, mas sem encorajar a colonização rápida. Ao longo desse período, a exiguidade de metais valiosos como ouro e prata fez com que Portugal deixasse o Brasil em segundo plano, optando por centralizar e voltar suas atenções para as fecundas rotas comerciais com o Oriente. Nesse sentido:

A busca por metais preciosos, como o ouro e a prata, foi uma das principais motivações para a expansão europeia durante o século XVI. No entanto, ao contrário do que foi encontrado na América Espanhola, o Brasil não oferecia tais riquezas imediatamente visíveis. Esse fator, aliado às rotas lucrativas para o Oriente, fez com que o Brasil permanecesse em segundo plano nos planos coloniais portugueses, ao menos até a década de 1530 (FURTADO, 2000, p. 90).

A "descoberta oficial" do Brasil por Pedro Álvares Cabral, em 1500, estabeleceu o começo desse período, entretanto, não conduziu a uma colonização ordenada. De acordo com

Furtado: "A ausência de metais preciosos inicialmente desestimulou uma colonização mais organizada" (FURTADO, 2000, p. 89). Ainda assim, Cabral, juntamente com outros navegadores, como Américo Vespúcio e Nicolau Coelho, documentou os primeiros convívios com os povos indígenas e remeteu esclarecimentos valiosos à Coroa Portuguesa, que, por sua parte, prosseguiu enviando expedições de mapeamento.

O período pré-colonial, apesar de relativamente breve, foi primordial para organizar o terreno para a colonização do Brasil que estava por vim. Ele revelou para a ambiciosa Coroa Portuguesa, o potencial econômico das terras brasileiras e estabeleceu as primeiras bases de interação entre europeus e indígenas. Esse período encerra-se por volta de 1530, quando a Coroa Portuguesa, perante os riscos de ocupação por outros países europeus e pela precisão de explorar de forma mais acentuada os recursos do território, toma a decisão de iniciar a colonização efetiva com a fundação das capitanias hereditárias e a construção dos preexistentes assentamentos permanentes.

2.3 Período Colonial entre 1530 e 1630

Antes de iniciar a discussão dos acontecimentos mais relevantes do período colonial brasileiro entre 1530 e 1630, é importante salientar que não é o desígnio deste trabalho investigar todas as minúcias desta ampla e emaranhada fase da história do Brasil. Muitos dos eventos e pormenores que configuram essa periodização não cabem no escopo deste trabalho, dado o seu caráter introdutório e o enfoque direcionado. Nesse sentido, a sinopse anunciada aspira possibilitar ao leitor um entendimento geral dos principais marcos históricos, atuando como um pano de fundo indispensável para contextualizar os debates seguintes. Essa abordagem concede que o leitor se adapte com os prismas centrais desse período, indiscutivelmente referenciado ao longo do texto, sem o anseio de englobar toda a extensão de acontecimentos que estão envoltos nesses cem anos de história.

No recorte temporal de 1530 e 1630, o Brasil colonial atravessou mudanças expressivas que talharam o futuro da colônia. Esse período inclui a trajetória de uma invasão inicial, que se limitava a expedições exploratórias e extrativistas, para o alicerce de um plano colonial mais ousado e estruturado visando à produção agrícola e a gestão administrativa. A Coroa lusitana, entendendo a importância econômica do território brasileiro e a iminente atemorização de incursões estrangeiras, empenhou-se numa colonização mais eficaz. Martim Afonso de Sousa comandou a primeira expedição colonizadora, em 1532, que teve como resultado a edificação de São Vicente, a primeira vila oficial no Brasil. Como parte da estratégia de colonização, a Coroa instituiu o sistema de capitanias hereditárias em 1534, repartindo o território em 15 grandes áreas concedidas a donatários, nobres que tinham a partir daquele momento o direito de explorar e gerenciar essas terras.

Contudo, ainda que bem estruturado, o sistema teve êxito ínfimo. Diversas capitanias malograram por conta das adversidades econômicas, divergências com indígenas e afastamento geográfico. Somente umas poucas, como Pernambuco e São Vicente, lograram êxito, em sua totalidade graças à produção açucareira, que rapidamente se converteria na atividade base econômica da colônia. Em meio ao revés das capitanias, a Coroa portuguesa resolveu centralizar a administração da colônia. Em 1549, foi estabelecido o Governo-Geral, com Tomé de Sousa como o primeiro governador-geral, marcando a cidade de Salvador como a capital administrativa do Brasil. O Governo-Geral objetivava aprimorar a salvaguarda da colônia, metodizar a exploração econômica e efetivar a evangelização indígena, afunilando o elo com os missionários jesuítas, que executaram papel fulcral na catequese dos indígenas e na fundação de missões.

Nessa circunstância, a produção do açúcar se estruturou como a impulsão econômica da colônia. O Brasil se transformou no maior produtor global de açúcar, vendendo para a Europa. Essa atividade foi facilitada pela inserção da mão de obra africana escravizada, que sucedeu gradualmente a força de trabalho indígena, suscitando a gênese de um vasto ciclo de escravidão que perduraria até o final do século XIX. Outro episódio relevante foi a conquista do território brasileiro pelos franceses. Em 1555, Nicolas Durand de Villegaignon edificou a França Antártica, uma colônia protestante na Baía de Guanabara, onde atualmente se localiza o Rio de Janeiro. A estadia francesa simbolizava uma preocupante ameaça ao domínio português na colônia. Em resposta á represália francesa os portugueses, sob a batuta de Mem de Sá, executaram uma sequência de ações militares que resultara na expulsão permanente dos franceses em 1567 e na edificação da cidade do Rio de Janeiro.

No decurso desse período, ocorreu uma elevada expansão territorial, impelida especialmente pela procura de novas terras para lavoura açucareira. Tal fato levou ao contato contínuo com as populações nativas, ocasionando em uma série de contendas e guerras. Os acordos com tribos locais e a perseverança indígena foram uma constante no decurso da invasão colonial. Várias dessas tribos foram deslocadas ou deixaram de existir pela barbárie e doenças trazidas pelos colonizadores. Os jesuítas efetuaram um papel basilar na interposição desses atritos, inaugurando missões nas quais pretendiam converter e conter as populações indígenas. Esse processo, todavia, não foi ordeiro e muitos indígenas relutaram à catequização e ao controle colonial.

O último destaque que propomos nesse cenário é a participação holandesa na Colônia. Fortalecida no final desse período, por causa do prestígio do açúcar brasileiro, em 1624, os holandeses, ante a chefia da **Companhia das Índias Ocidentais**³, adentraram e tomaram Salvador, a capital da colônia. Contudo, a ocupação foi efêmera, e a cidade foi retomada pelos portugueses no ano seguinte, com o auxílio das forças espanholas, já que Portugal estava à sombra da **União Ibérica (1580-1640)**⁴. Ainda assim, a valia do Brasil para os holandeses não se esvaiu, e em 1630 eles lançaram mão de um novo ataque, nesta ocasião tomando Pernambuco e principiando o que seria a mais duradoura e considerável ocupação estrangeira em território canarinho, o que assinalaria a gênese de outro período de conflito entre 1630 e 1654.

3. UMA RELAÇÃO POSSÍVEL: HISTÓRIA E LITERATURA

A interdisciplinaridade entre História e Literatura se mostra especialmente frutífera porque possibilita aos historiadores uma compreensão mais ampla e diversificada dos eventos históricos, ao considerar não apenas os fatos, mas também as representações e percepções culturais. No entanto, essa abordagem não está isenta de limitações; a subjetividade inerente às obras literárias pode gerar interpretações enviesadas, exigindo dos historiadores uma análise crítica e contextualizada das fontes literárias.

A principal relevância da Literatura para a História reside na sua capacidade de iluminar aspectos da experiência humana que frequentemente permanecem nas sombras dos registros oficiais. Ao explorar obras de escritores como José de Alencar, Machado de Assis, Graciliano Ramos e Jorge Amado, os historiadores conseguem acessar narrativas que refletem

³ A Companhia das Índias Ocidentais, fundada em 1621 pelos Países Baixos, foi uma organização comercial e militar que visava controlar o comércio atlântico e expandir o domínio holandês. No Brasil, destacou-se pela invasão e ocupação de parte do Nordeste (1624-1654), incluindo o governo de Maurício de Nassau em Pernambuco.

⁴ A União Ibérica (1580-1640) foi a junção das coroas de Portugal e Espanha sob a dinastia Filipina, após a crise de sucessão portuguesa. No Brasil, permitiu avanços territoriais, mas intensificou ataques estrangeiros, como as invasões holandesas no Nordeste.

as complexidades sociais, as tensões raciais e as dinâmicas econômicas e culturais de diferentes períodos do Brasil. Esses textos literários, por sua vez, oferecem um rico material que complementa os dados históricos, permitindo uma reconstrução mais vívida e completa do passado.

Assim, a apropriação da Literatura pela historiografia não apenas enriquece a narrativa histórica, mas também promove uma análise mais profunda e nuançada da formação e evolução da sociedade brasileira. De forma sucinta e bastante explanadora Brito e Aranha (2013), demonstram seus pontos de vista em relação à apropriação da Literatura pelo Historiador, mostrando a proximidade na qual a História e a Literatura se encontram atualmente:

Se a literatura, por mais ficcional que seja, apresenta inúmeras representações do mundo e do imaginário social, porque não utilizada pelo historiador? Esta relação provoca uma redefinição aristotélica entre o status da História e o da Literatura. Para Aristóteles, a primeira falaria do que aconteceu; já a poesia trataria de fatos que podiam ter acontecido. Esta afirmação é tão clara para o filósofo grego que não importa se os fatos históricos são postos em versos, pois não é a métrica e a rima dos poemas que definem o status da ciência. A redefinição que vemos na contemporaneidade tanto privilegia a apropriação da Literatura com a História quanto coloca as duas disciplinas tão próximas que elas chegam a se confundir (BRITTO; ARANHA, 2013, p. 258).

Na historiografia contemporânea, há uma maior abertura para o uso de textos literários como fontes históricas. Isso se reflete em abordagens como a micro história e a história cultural, que valorizam narrativas pessoais, memórias e relatos literários para entender melhor as experiências humanas do passado. Nesse sentido, passou-se a perceber que a Literatura não é apenas um veículo de imaginação, mas também um meio de preservação e transmissão de valores, ideologias e experiências culturais. Os historiadores viram que, romances históricos ou obras literárias que refletem sobre contextos sociais específicos podem servir para entender as mentalidades e atitudes de uma época.

Em suma, Brito e Aranha (2013) argumenta que, na contemporaneidade, a distinção aristotélica entre o papel da história e o da literatura está sendo repensada, levando a uma integração maior entre essas áreas do saber. Isso resulta em um campo de estudo mais rico e complexo, onde os textos literários são reconhecidos não apenas por seu valor estético, mas também como representações válidas e valiosas para o entendimento histórico.

3.1 O uso da Literatura no ensino de História

A articulação entre Literatura e História na conjuntura didática manifesta-se como uma abordagem **interdisciplinar**⁵, que colabora de forma significativa para o desenvolvimento crítico e a percepção mais extensiva dos alunos sobre o passado. A Literatura, com sua habilidade de retratar vivências humanas e culturais de modo consistente e profundo, oferta aos docentes um instrumento benéfico para o ensino de História. Nesse contexto, em nosso trabalho, exploraremos como essas duas disciplinas se inter-relacionam nos livros e no ensino de História, salientando tanto os prós quanto os obstáculos dessa abordagem.

A Literatura, enquanto reprodução artística que extrapola as fronteiras do tempo e do espaço fornece aos historiadores e educadores um modo singular de analisar e ensinar o

⁵ Na educação, interdisciplinaridade é quando diferentes matérias se juntam para ensinar de uma maneira mais conectada e completa. Isso ajuda os alunos a entenderem melhor os assuntos e a verem como as coisas se relacionam, tornando o aprendizado mais interessante e útil para a vida real.

passado. As narrativas literárias, ao apreenderem o espectro de uma época, fornecem pontos de vista minuciosos e subjetivos sobre eventos históricos, personagens e contextos sociais. Nessa perspectiva, no ensino de História, obras literárias podem ser aplicadas como fontes elementares, oferecendo um olhar mais rico e emocional dos eventos históricos do que os documentos ditos tradicionais. É o que nos aponta Silva (2008), "a Literatura se transforma em um campo privilegiado de interpretação, capaz de oferecer não só um olhar crítico sobre a história, mas também de construir significados que extrapolam os eventos narrados" (SILVA, 2008, p. 35).

De maneira oposta aos registros oficiais, que muitas vezes exprimem um olhar unidimensional dos eventos, a Literatura outorga a análise das sutilezas e intrincamentos das experiências da humanidade, propiciando aos alunos um entendimento mais amplo e cativante do passado. A título de exemplo, obras como "*Iracema*" de José de Alencar e "*Dom Casmurro*" de Machado de Assis não só descrevem os cenários sociais de suas referentes épocas, mas também assentem um diagnóstico analítico dos valores e das ideologias hegemônicas na sociedade brasileira do século XIX.

Ao se valer desses textos nas aulas de História, os professores podem ajudar os alunos a amplificarem o senso crítico sobre o papel da literatura na construção da identidade nacional e no entendimento sobre os diferentes grupos sociais, incluindo as populações indígenas e afro-brasileiras. Assim: "as obras literárias, ao refletirem sobre o passado, criam uma ponte entre o presente e a experiência histórica, permitindo uma conexão emocional que documentos históricos muitas vezes não conseguem proporcionar" (SANTOS, 2015, p. 42).

A interdisciplinaridade entre Literatura e História no ensino oferece múltiplas vantagens educativas. Em primeiro lugar, essa abordagem torna as aulas de História mais dinâmicas e envolventes, causando uma ruptura no tradicionalismo que muitas vezes denota essa disciplina. A Literatura, com o seu cabedal de linguagem e suas narrativas fascinantes, pode enclausurar a imaginação e atenção dos alunos, transformando o ensino mais aprazível e relevante.

Além disso, ao introduzir a Literatura no ensino de História, os professores encorajam os alunos a pensarem sobre as diversas formas de interpretação do passado, aprimorando suas competências crítico-analíticas. Oliveira (2017) aponta que a integração entre Literatura e História permite uma forma de estudo mais rica e diversificada, onde os alunos são estimulados a entender os eventos históricos de vários ângulos, o que promove um aprendizado mais crítico e reflexivo. Além disso, outro benefício importante da Literatura é a promoção da empatia e da consciência intercultural. A Literatura, ao examinar as experiências subjetivas dos personagens, consente que os alunos se ponham no lugar de pessoas de diferentes períodos e contextos. Nesse sentido, essa experiência de conhecer o passado através da Literatura pode ser singularmente enriquecedora no ensino de temas complexos e delicados, como o racismo, e as disparidades sociais, por exemplo.

Nessa continuidade, ao ler "*Vidas Secas*" de Graciliano Ramos, os alunos podem entender melhor as adversidades encaradas pelos sertanejos durante a seca no Nordeste, bem como as consequências sociais e políticas desse evento. Sendo assim, "o uso da Literatura no ensino de História não só auxilia na compreensão dos eventos históricos, mas também enriquece o processo de ensino-aprendizagem ao fomentar a empatia e a consciência crítica nos estudantes" (PEREIRA, 2019, p. 104).

Diante do exposto, quais os desafios do uso da Literatura no ensino de História? Um dos principais desafios é a carência de uma abordagem crítica e contextualizada por parte dos professores. A Literatura, sendo uma forma de ficção, não deve ser analisada como um reflexo retilíneo e fidedigno do fato histórico. "Embora a Literatura ofereça uma visão aprofundada e muitas vezes crítica da história, é essencial que os educadores orientem os alunos na distinção entre ficção e realidade histórica, para evitar a perpetuação de mitos e

estereótipos." (GOMES, 2020, p. 77). Visto isso, é de suma importância que os professores auxiliem os alunos a diferenciarem entre os elementos fictícios e históricos das narrações literárias, ressaltando a relevância de explorar as obras no contexto de sua fabricação e recepção. Além do mais, a escolha das obras literárias a serem aplicadas no ensino de História é um aspecto a ser bem revisto. Nem toda Literatura é pertinente para o ensino de História, e é incumbência dos educadores selecionar textos que não apenas acrescentem ao conteúdo histórico, mas que também sejam disponíveis e interessantes para os alunos. Obras com linguagem obsoleta ou de difícil compreensão, podem ser penosas para os estudantes, em particular para aqueles com menos proximidade com a leitura literária.

Desse modo, para Ferreira (2021), a escolha de obras literárias para o ensino de história deve ser feita com cuidado, levando em conta tanto sua importância histórica quanto a capacidade dos alunos de compreenderem e interpretarem textos mais desafiadores. Diante do exposto, é crucial que os professores disponibilizem assistência oportuna, como explicações sobre o contexto histórico e cultural das obras, assim como apoio na interpretação dos textos.

Para o trabalho docente do historiador, a Literatura viabiliza o amadurecimento de habilidades críticas e empáticas nos estudantes, onde incorporar a Literatura ao ensino de História torna-se não "apenas uma estratégia pedagógica, mas uma necessidade para formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar as complexidades do mundo contemporâneo" (MARTINS, 2018, p. 98). A importância basilar dessa abordagem se encontra na possibilidade da Literatura de acrescentar e expandir a compreensão histórica, ofertando aos alunos uma interpretação mais requintada e diversificada do passado. "A interseção entre História e Literatura oferece uma oportunidade única para a construção de uma narrativa mais inclusiva e crítica, capaz de explorar as diferentes dimensões da experiência humana e seus desdobramentos ao longo do tempo" (CARVALHO, 2016, p. 123).

Destarte, a Literatura não é exclusivamente um artifício que assessora no ensino de História, mas um aparato fundamental para a edificação de uma narrativa histórica mais integral, e suscetível às heterogêneas vozes e experiências que constituem a teia social.

4. LIVROS LITERÁRIOS COMO INSTRUMENTOS PARADIDÁTICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: "O VAMPIRO QUE DESCOBRIU O BRASIL" DE IVAN JAF

Um livro paradidático é uma obra utilizada para integrar-se ao material didático tradicional, tendo por finalidade aprimorar e dar vazão ao conteúdo transmitido em sala de aula. Ao passo que o livro didático é idealizado como o material preponderante de apoio ao professor e aos alunos, constituído para efetivar as metas curriculares determinadas pelas diretrizes educacionais (LDB e BNCC), a paradidática oferta uma perspectiva mais desprendida e ampla. Pois objetiva avivar o entusiasmo dos discentes através de narrativas, ficção ou textos temáticos que interajam com a realidade, expandindo o entendimento de assuntos discutidos no conteúdo.

Nesse sentido, o livro didático representa o material central ao redor do qual as aulas são constituídas, sua seleção é assentada em metódicos critérios de conteúdo, e acordado com as diretrizes definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Nesse caso, o conteúdo é estruturado para a promoção das habilidades e competências estabelecidas no currículo escolar.

Assentado em outro ponto de vista, o livro paradidático é mais ajustável e compenetrado no aumento de outras competências, a exemplo, a visão crítica e a faculdade de confrontar o conteúdo formal com assuntos da contemporaneidade. Sendo assim, ele serve como uma ferramenta complementar, facilitando o engajamento dos alunos com o tema.

A incumbência basilar de um livro paradidático é a amplificação e a intelecção do conteúdo didático, formando conexões entre o conhecimento da teoria e as práticas históricas e culturais. Além de tudo, ele amplia o ensino ao inserir pontos de vista reformulados, concebendo ao aluno interpelar, ponderar e reinterpretar os fatos históricos de forma crítica e dinâmica. Portanto:

Dessa maneira, entendemos que, muito mais do que uma função pedagógica de compreensão “conteudística”, as obras literárias constituem, para os jovens, uma possibilidade para a formação do pensamento crítico e da interpretação da realidade em que vivem. Ao se inspirar em elementos do real e apresentar uma característica dita social, evocando ideias e valores próximos aos leitores, à literatura possibilita o desenvolvimento da capacidade de compreensão de mundo (THOMSON, 2016, p. 35).

Conforme a LDB, a educação tem como finalidade **“o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”**, (LDB, Art. 2º), e a utilização de livros paradidáticos no ensino de História propicia esse objetivo ao ligar os alunos aos diversos pontos de vista, facilitando o aperfeiçoamento de uma visão crítica e conexa com a história. De numerosos tipos: ficção histórica, contos, biografias, quadrinhos, ensaios, e até mesmo poesias, a concepção de livros paradidáticos começou a se firmar no decurso do século XX, momento em que as metodologias de ensino exibiram uma evolução, resultado das críticas sobre a inflexibilidade do padrão da educação tradicional. Ao longo desse período, educadores e teóricos da educação passaram a identificar a relevância de materiais adicionais que não meramente doutrinassem, mas que também levassem ao pensamento crítico e a criatividade dos discentes. Dessa maneira, esses livros, que se colocavam envoltos ao didático e ao literário, têm a finalidade de dar vigor ao conteúdo curricular, concedendo uma abordagem mais contextual e diversa ao ensino-aprendizagem. No ensino de História, especificamente, eles oferecem uma forma de converter o passado em algo mais tangível e perceptível para os alunos, gerando uma explicação que humaniza e traz vida aos fatos e personagens históricos.

No Brasil, a disseminação dos livros paradidáticos tomou impulso particularmente depois das reformas educacionais da década de 1930, como as organizadas por Anísio Teixeira e outros educadores de pensamento progressista. Tais alterações almejavam popularizar o ingresso ao ensino e torná-lo mais significativo às realidades sociais e culturais dos estudantes.

Os livros paradidáticos nasceram das discussões sobre a necessidade de autores brasileiros produzirem para crianças e jovens buscando formar, através deles, o desejo, o gosto e o prazer de ler. As editoras passaram a investir em textos alternativos, com temas e linguagem mais acessíveis, que serviriam para introduzir o aluno no universo da leitura e prepará-lo para obras mais complexas [...] (LAGUNA, 2001, p. 48).

A concepção era que, ao incorporar esses materiais à realidade pedagógica, os docentes seriam capazes de unir os conteúdos acadêmicos às experiências cotidianas dos alunos, transformando o conhecimento mais expressivo e integrador. Com o decurso dos anos, a produção de livros paradidáticos passou a integrar temas variados, a exemplo, questões sociais, ambientais, históricas e culturais, contribuindo na promoção de uma educação mais crítica e compenetrada. Autores como Monteiro Lobato, com suas obras voltadas para o público infanto-juvenil, e outras tendências literárias, corroboraram para a construção de um acervo que passou a interagir com a realidade brasileira.

A escolha e regulação dos livros paradidáticos são feitas por diretrizes definidas pela BNCC, LDB e PNLD. Esses livros são escolhidos em consonância com sua pertinência ao plano pedagógico da escola, sua colaboração para a promoção integral dos alunos e sua habilidade de promover a leitura crítica. A metodologia de seleção comumente engloba o

corpo docente e coordenadores pedagógicos, que avaliam o material para assegurar que esteja em conformidade com os objetivos educacionais estabelecidos. A LDB, em seu Art. 26, §1º, designa que os currículos escolares devam optar por conteúdos que retratem aspectos regionais e culturais. Nessa perspectiva, os paradidáticos são uma formidável opção, por possibilitar que a pluralidade cultural e local seja apresentada de forma considerável.

Em relação ao ensino de História, os paradidáticos executam um importante papel, por oferecer uma abordagem mais cativante dos eventos históricos, possibilitando ao educando vivenciar o passado de modo “mais simples”. Nesse viés, a obra aqui abordada, *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”* ajuda a descrever o contexto dos acontecimentos de forma divertida e que prende o leitor a história, induzindo a atenção e a faculdade da crítica pelos alunos. Nesse sentido, tanto essa obra literária, quanto outra que for trabalhada no Ensino de História deve ponderar a plausibilidade histórica, a exposição dos eventos, e de que maneira esses textos podem propiciar discussões sobre identidades, culturas, alteridade e narrativas históricas. Não obstante, a utilização de livros literários como instrumentos paradidáticos no ensino de História deve constituir: um estímulo ao pensamento crítico, ofertando uma multiplicidade de pontos de vista sobre eventos históricos e, nesse prisma, promover empatia histórica, dando aporte para que os educandos criem conexões com diversos contextos culturais e sociais.

Desse modo, os livros literários, em combinação com o livro didático, são ferramentas indispensáveis para o ensino de História, proporcionando uma abordagem mais dinâmica, crítica e aproximada da realidade dos estudantes. Sua utilização, regimentada pelas diretrizes da LDB, BNCC e PNLD, assegura que eles favoreçam uma formação integrante, ultrapassando as fronteiras tradicionais da memorização de fatos e possibilitando uma instrução mais reflexiva e contextual. Em conformidade com o supramencionado, a BNCC, em sua Competência Geral 4 defende que os alunos devem aprender a *“utilizar diferentes linguagens”*, e os paradidáticos são instrumentos pertinentes para estimular a leitura e a inteligência dessas diversas maneiras de expressão.

4.1 A escolha de livros paradidáticos no contexto do PNLD

A seleção de livros paradidáticos no Brasil dá-se em maior fração ante as normas do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), uma resolução do Ministério da Educação (MEC) que dispõe proporcionar materiais de excelência e acessíveis para os colégios públicos de ensino básico. O projeto governamental abrange, além de livros didáticos, obras literárias, dicionários e demais materiais de suporte que fortaleçam a metodologia de ensino e aprendizagem.

A triagem de livros paradidáticos no PNLD respeita parâmetros meticulosos estabelecidos em editais públicos, que norteiam as editoras e autores atraídos em apresentar suas obras para análise. As normas técnicas e pedagógicas optam pela adequação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o apreço à diversidade cultural e étnico-racial do Brasil, a acessibilidade, ao vocabulário apropriado à faixa etária e a aptidão de incentivar a reflexão crítica nos alunos. Ademais, as obras necessitam desviar-se de preconceitos, estereótipos e marginalizações de qualquer tipo, alavancando princípios igualitários e integrais.

O método de exame é constituído por grupos capacitados, formados por docentes e pesquisadores de distintos campos do saber, que avaliam as características pedagógicas e literárias dos livros. As obras definidas são colocadas no Guia do PNLD, documento que expõe os materiais ao dispor das escolas para seleção. A maneira de definição é democrática: docentes e gestores educacionais exploram o guia e escolhem os materiais que qualificam mais pertinentes às exigências pedagógicas de suas turmas.

Assim sendo, o **PNLD** executa uma função basilar na tutoria de livros paradidáticos, assegurando que eles respondam aos proeminentes parâmetros de excelência e valor pedagógico.

No cerne dessa discussão, refletiremos a partir do livro *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”* a chegada dos portugueses ao Brasil e os primeiros anos de colonização que o sucede. Nesse sentido, além de uma análise do livro, discutiremos como essa obra pode se aliar ao livro didático de História como material pedagógico do professor.

4.2 Trabalhando a obra como recurso paradidático

Dada à extensão de obra que compreende 120 (cento e vinte) páginas, pensamos como trabalhar o período pré-colonial e os primeiros anos de colonização portuguesa no Brasil. Dessa maneira, é no uso do paradidático que vimos à necessidade também de analisar os livros didáticos, de maneira que o primeiro pode contribuir para o segundo. Sendo assim, como está posto o tema no recorte temporal aqui escolhido nos livros didáticos de História?

Para essa análise trabalhamos com dois livros, um do Ensino Fundamental II e outro do **Novo Ensino Médio**⁶. O primeiro, intitulado *“SuperAÇÃO! História”*, autoria de Minorelli e Chiba, publicado no ano de 2022 pela editora Moderna é um livro do 7º ano, atualmente utilizado como material didático da Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Manoel Vieira, na cidade de Salgadinho-PB. Nele, o conteúdo que queremos discutir pode ser encontrado no capítulo 13, página 189, denominado *“A América portuguesa”*.

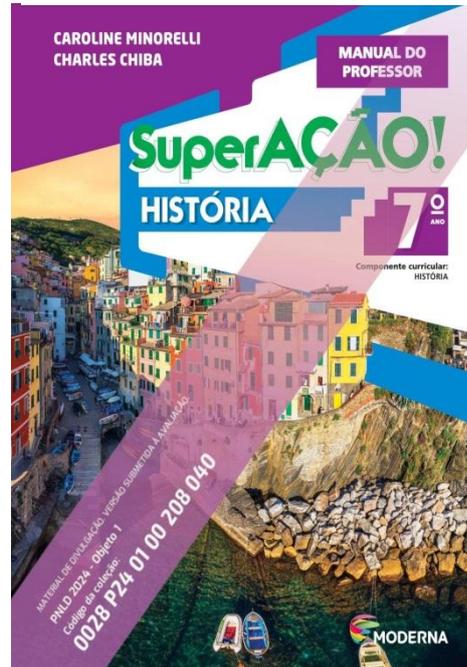
⁶ O livro didático no **Novo Ensino Médio** desempenha um papel central na organização do conteúdo e no suporte às novas diretrizes curriculares. No entanto, há críticas sobre a adequação desse material ao novo formato, pois muitos livros tendem a seguir uma abordagem fragmentada, com pouco aprofundamento em áreas específicas, em especial nas disciplinas de ciências humanas. A tentativa de integrar várias áreas do conhecimento muitas vezes resulta num conteúdo superficial, prejudicando a formação crítica dos alunos.

Imagem 1: Livro didático do Novo Ensino Médio para a 2ª série.



Fonte: Portal *Geographia*

Imagem 2: Livro didático para as turmas do 7º do Ensino Fundamental.



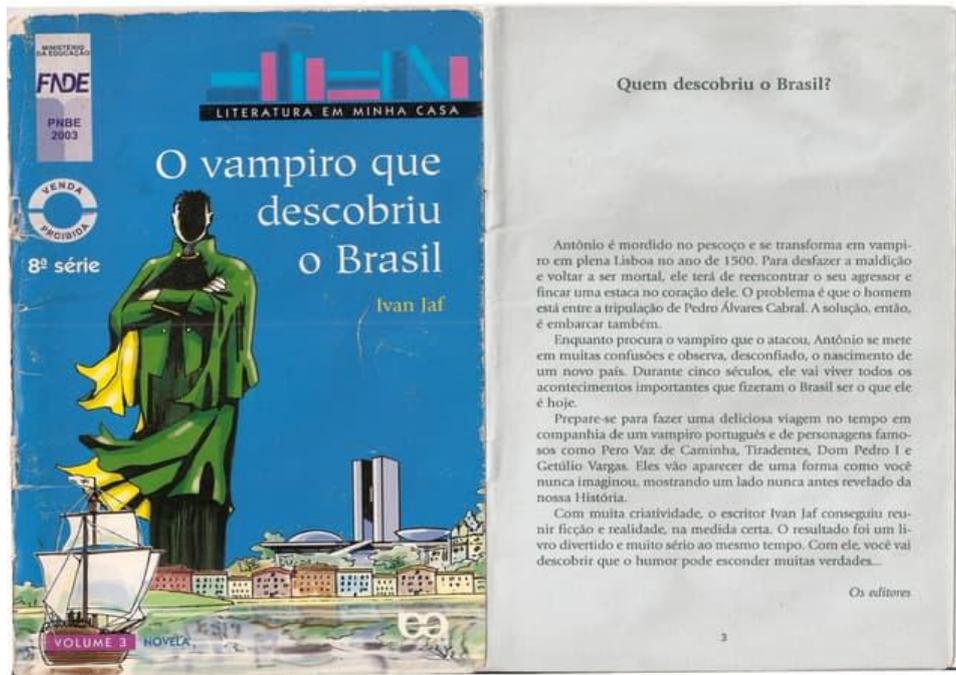
Fonte: Portal *Geographia*

No capítulo do livro aqui escolhido, a linguagem é acessível ao público-alvo, o texto é claro e os termos de difícil compreensão são explicados em boxes. Todos os capítulos que o sucedem seguem uma sequência lógica dos eventos, com uma divisão clara contendo títulos, subtítulos e parágrafos bem traçados. A nível de informação, a obra faz a introdução do período antes de adentrar ao assunto. Além disso, há o uso de mapas, imagens e gráficos no capítulo analisado, ajudando a ilustrar os conceitos históricos, além de dicas de leitura, filmes e documentários dedicados ao capítulo analisado. Todavia, sentimos falta ao longo da análise, enfatizar e tocar de forma mais crítica no que tange a resistência dos povos originários e os escravizados advindos da África, pois o capítulo tem um viés mais voltado à parte econômica da história desse período, apresentando assim, uma visão factual e de cunho economicista da história, e relevantemente pouco crítico, o que acaba também refletindo nas atividades propostas. Nesse sentido, "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (FREIRE, 2007, p. 25).

Em "*Moderna PLUS Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Trabalho, Ciência e Tecnologia*", livro da 2ª série do Novo Ensino Médio utilizado nas turmas de 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Felton Nobrega, situada na Cidade de Salgadinho-PB, também da editora Moderna, dos autores Patrícia Ramos Braick, et al., publicado em 2020, tomado por base o capítulo 5: "*O Trabalho no Brasil: uma abordagem histórica*", página 102, o único capítulo do livro que abarca o período colonial brasileiro. As mesmas características parecem se repetir. Porém, o que parece diferir são o uso de mapas, imagens e gráficos, esses pouco aparecem e não há no capítulo analisado sugestões de filmes ou documentários, como no livro anterior. Nessa perspectiva, pouco crítico no que diz respeito às questões sociais voltadas aos povos oprimidos, esse não trata da forma necessária questões como: escravidão, genocídio indígena e exploração. Que deveriam ter um espaço maior de abordagem.

É na falta desses elementos que pensamos o livro *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”*, certa feita, seguimos para um segundo questionamento, de que maneira podemos utilizar a obra do autor Ivan Jaf (1999) como paradidático nas aulas de História?

Imagem 3: Capa e contracapa do livro “O vampiro que descobriu o Brasil”.



Fonte: slideshare

De início ao uso do livro, é crucial contextualizar a obra de Jaf no que tange à História do Brasil. O docente pode inaugurar sua aula com uma rápida explicação sobre a colonização portuguesa, enfatizando o período de 1500 a 1630 e seus principais acontecimentos, como por exemplo, a chegada de Pedro Álvares Cabral, a exploração de recursos naturais e as interações com os povos indígenas. A leitura de partes iniciais do livro servirá como pontapé inicial para introduzir temas importantes de serem debatidos como exploração, colonização e a figura do "herói" colonial. Após fazer a contextualização da obra, os discentes devem ser estimulados a fazer a leitura desse livro literário de forma analítica, na qual por meio desta o professor solicite uma atividade em que os alunos escolham partes da obra que elucidem a crítica do autor à historiografia tradicional.

Feito isso, o professor junto aos alunos pode analisar os personagens da narrativa, em especial do vampiro Antônio Brás, que admite a discussão de como ele simboliza um olhar alternativo da História. Essa análise pode conter perguntas como: como a imagem do vampiro retrata o caráter exploratório dos colonizadores? Quais os atributos dos navegadores são retratados de forma sarcástica no livro? Essas indagações permitem o debate e o desenvolvimento de um olhar crítico relacionado às representações históricas e à construção de narrativas pelos alunos.

Além disso, para possibilitar um entendimento mais profundo dos assuntos discutidos, o professor pode também propor atividades participativas. Por exemplo, os alunos podem projetar um “diário de bordo”, que consiste em uma atividade em que os alunos assumem o papel de personagens históricos como um indígena, um africano escravizado ou um colonizador europeu para narrar suas experiências e sentimentos em relação aos acontecimentos do período colonial. Essa atividade não apenas promove a empatia, como

também viabiliza que os discentes explorem distintas perspectivas em relação à colonização. Ademais, outra atividade que pode ser feita é a construção de um mural colaborativo, no qual os alunos juntem imagens, textos e análises sobre os impactos da colonização, utilizando tanto as informações do livro de Ivan Jaf quanto dos livros didáticos. Isso oferta um aprendizado ativo e parceiro, aprimorando a discussão sobre a formação da identidade brasileira.

Num exercício de análise comparativa, o professor pode dividir a turma em equipes e outorgar a leitura de capítulos dos livros didáticos, como *“SuperAÇÃO! História”* e *“Moderna PLUS Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”*, juntamente com *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”*. Os alunos terão a missão de discernir como cada obra trata a colonização, debatendo as correspondências e distinções nas narrativas, com foco nas omissões e nas lacunas das abordagens mais tradicionais. Tal atividade aguçará a habilidade crítica dos alunos e os dará suporte para compreender como as narrativas históricas podem ser talhadas por distintos interesses e contextos.

Nesse sentido, uma vez que os alunos tenham se deslumbrado com o texto e as atividades propostas, é relevante articular uma análise sobre as ‘heranças’ da colonização e a construção da identidade cultural brasileira. Os alunos podem examinar indagações como: de que forma a história da colonização ainda repercute na sociedade brasileira contemporânea? Como as vozes dos povos indígenas e africanos são representadas na narrativa histórica? Esse estudo pode resultar em uma apresentação ou um projeto final, no qual os alunos repartem suas descobertas e análises sobre os efeitos da colonização na sociedade atual.

Por consequência, ao incorporar *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”* de Ivan Jaf nas aulas de História, os educadores têm a possibilidade de desenvolver um ensino que legitima a crítica, a diversidade de pontos de vista e a reflexão sobre o passado e suas ressonâncias no presente. Dessa maneira, o livro não apenas aprimora o aprendizado dos alunos, mas também, corrobora para a constituição de uma nova compreensão da História e daquilo que lhe é apresentado em sala de aula, os instruindo para indagar e compreender os intricamentos da História brasileira. Sendo assim, a utilização do livro de Ivan Jaf, em parceria com a análise crítica dos materiais didáticos tradicionais, promove um ensino de História que transcende o simples decorar de datas e eventos, ressaltando a dimensão da interpretação e do pensamento crítico sobre o passado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar as potencialidades da literatura paradidática como recurso pedagógico para o ensino de História por meio da obra *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”* de Ivan Jaf. Através dessa, constatamos como a narrativa literária pode romper com as práticas da historiografia tradicional, propiciando um ponto de vista mais crítico e plurifacetado do período colonial brasileiro. O vampiro, personagem principal da narrativa de Jaf, é utilizado como uma metáfora preponderante para debater o caráter exploratório da colonização portuguesa, subvertendo a figura heroica frequentemente conferida aos colonizadores. A sátira e a ironia existentes na obra fazem ruir figuras históricas, como Pedro Álvares Cabral, e possibilitam uma análise mais minuciosa sobre as violências e as injustiças que estabeleceram o processo de colonização, além de suas consequências na sociedade brasileira atual.

Ao comparar essa obra com os livros didáticos analisados, verificamos que os materiais tradicionais muitas vezes exibem uma perspectiva factual e economicista, sem uma investigação crítica no que se refere às questões sociais e culturais que envolvem a colonização, em particular no que se trata da resistência dos povos indígenas e africanos escravizados. Em vista disso, o uso da obra aqui analisada se revela eficiente para agregar e aprimorar o conteúdo dos livros didáticos, conferindo um olhar crítico e reflexivo para os

alunos. As atividades propostas, como o exame comparativo entre a obra de Jaf e os materiais didáticos, além de exercícios de escrita criativa e debates, oferecem um ensino mais eficiente e introspectivo, que vai além da simples memorização de datas e eventos. Desse modo, os estudantes são estimulados a aprimorarem uma visão mais crítica sobre o passado colonial e suas reverberações no presente, proporcionando um entendimento mais abrangente e lúcido da construção da identidade brasileira.

Em suma, este trabalho ratifica a relevância de diversificar as fontes e os métodos usados no ensino de História, incluindo obras literárias que disponham de novas perspectivas e que incitem o pensamento crítico. A utilização de *“O Vampiro que Descobriu o Brasil”* comprova como a Literatura pode ser uma valiosa ferramenta didática, capaz de amplificar o repertório cultural e histórico dos discentes e promover uma discussão mais incrementada sobre a formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

BRITO, Flávio André Alves; ARANHA, Gervácio Batista. Construindo Verdades Verossímeis a partir das Ficções: por uma hermenêutica histórico-literária. *In*: ARANHA, Gervácio Batista; FARIAS, Elton John da Silva. **Epistemologia, Historiografia e Linguagens**. Campina Grande: EDUFCEG, 2013, p. 253-270.

BNCC: BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 30 set, 2024.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 50ª ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil: Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAICK, Patrícia Ramos et al. **Moderna PLUS Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Trabalho, Ciência e Tecnologia**. Manual do Professor. 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2020. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/obras-didaticas/area-de-conhecimento/ciencias-humanas-e-sociais/moderna-plus>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD Literário 2020: manual de orientações*. Brasília, 2020. Disponível em: [MEC](https://www.mec.gov.br/pnld). Acesso em: 14 nov. 2024.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a Dom Manuel I**. 1500.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

CARVALHO, Maria Eduarda. **Narrativas Históricas e Literárias: Um Encontro de Saberes**. Salvador: EDUFBA, 2016.

FERREIRA, Rafael Augusto. **Literatura e Educação: Desafios na Sala de Aula de História**. Belo Horizonte: UFMG Editora, 2021.

- FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial: 1443-1580**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial: 1580-1720**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Guia do PNLD Literário 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: [FNDE](#). Acesso em: 14 nov. 2024.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- GOMES, Antônio Pereira. **Literatura e História: Limites e Possibilidades no Ensino Contemporâneo**. São Paulo: Editora da USP, 2020.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAF, Ivan. **O Vampiro que Descobriu o Brasil**. 1º ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LAGUNA, Alzira Guiomar Jerez. A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor. **Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 2, p. 43-52, ago. 2012.
- LDB: BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 30 set. 2024.
- LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MATOS, Gregório de. **Obra Poética**. Rio de Janeiro: Agir, 1992.
- MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MINORELLI, Caroline; CHIBA, Charles. **SuperAÇÃO! História: Manual do Professor**. 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2022. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/colecao/fundamental-2/historia/superacao-historia>. Acesso em: 11 set. 2024.
- MARTINS, Fernando Pereira. **Educação e Interdisciplinaridade: O Papel da Literatura no Ensino de História**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2018.
- NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1988.
- OLIVEIRA, Ronaldo Costa. **História e Literatura: Perspectivas Pedagógicas**. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

PEREIRA, Luiz Mário. **Educação e Literatura: Estratégias de Ensino para a História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

SANTOS, José Antônio. **Narrativas do Passado: A História e a Literatura em Diálogo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

SILVA, Maria Teresa. **Literatura e História: Diálogos Interdisciplinares**. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

STADEN, Hans. **História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens, Nus e Cruéis Comedores de Homens**. São Paulo: L&PM Editores, 2016.

THOMSON, Ana Beatriz Arccosi. Os Paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v.3, num. 4, p. 27-49, jan/jun, 2016.

AGRADECIMENTOS

A princípio, Agradeço à minha família, meus pais, meu vôzin, irmãos, tias (os), primos (as).

Também a minha namorada pela paciência, apoio e compreensão com minha ausência nesse período de elaboração do TCC.

Agradeço de maneira especial a minha professora Mestre Natalia Santos Amorim, por sua paciência, dedicação e comprometimento, que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Aos professores Mestres, Anselmo Ronsard Cavalcanti e Allison Luna Matias por se proporem a ler o meu trabalho e participar da banca de defesa.

Agradeço a todos os funcionários da Universidade Estadual da Paraíba, sempre muito solícitos e atenciosos, que tornaram o caminho até a graduação mais leve. Em especial ao atencioso e prestativo servidor público da Coordenação do curso de História, Emerson Melo por toda ajuda e suporte dada ao longo dessa caminhada.

A todos os colegas com quem tive o prazer de dividir a sala de aula, em especial aos amigos Arthur Franklin, Danielson, Raquel, José Tony, Tamires, Ithalo e Maria Janaína com quem estive sempre junto realizando os trabalhos em grupo, como também, dividindo os momentos de descontração dentro da universidade e que são pessoas cujas amizades cultivo para além da instituição.